

ENSINO DE MÚSICA EM PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS

Dúplice perspectiva do ensino de música

Comunicação

GTE 07: Educação musical em espaços alternativos de formação

Ana Clara Silva Moreira Lima
Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho
acs.moreira@unesp.br

Andreia Miranda de Moraes Nascimento
Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho
andreia.moraes@unesp.br

Resumo: o presente projeto tem como objetivo realizar uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, do tipo estudo de casos, que analisará os processos pedagógicos e sociais de instituições socioassistenciais que oferecem ensino de música, bem como o impacto social de suas ações no corpo social onde estão inseridas. Este estudo propõe-se a investigar essas instituições como unidades de pesquisa sob dupla perspectiva: considerando suas intervenções pedagógico-musicais e sua atuação socioassistencial como formas de torná-las agentes de transformação na comunidade. Para tanto, utiliza análises bibliográficas e documentais, entrevistas e observações. Atualmente em fase inicial, o estudo encontra-se na etapa de análise da bibliografia e no desenvolvimento de um instrumental avaliativo para mensurar a efetividade das ações pedagógicas das instituições.

Palavras-chave: Educação musical; Projetos socioassistenciais; Educação não formal.

Introdução

Para além dos muros da escola, existem outras possibilidades, tempos e espaços onde acontece a educação chamada de não formal (Gohn, 2009, p. 31). Enquanto a educação musical e os educadores musicais lutam de maneira morosa para acomodar o ensino de música dentro do espaço físico e pedagógico, a chamada “educação formal” ou educação básica, existem espaços onde a educação musical pode acontecer servindo a propósitos próprios com processos que se encerram em si. Estes espaços são muitas vezes projetos sociais, iniciativas ou OSCs.

Esses espaços, porém, mesmo cheios de possibilidades também trazem os seus

desafios, onde a música é frequentemente manuseada para fins secundários além de amalgamar outros propósitos ou conhecimentos objetivados nas ações pedagógicas ou sociais empreendidas nas instituições, segundo Kater (2014), "Em muitos dos projetos de ação social existentes vemos a música presente, quase sempre, entretanto, na condição prática de elemento de integração social, o que aliás ela proporciona com excelência e de maneira própria."

Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender outros espaços (físicos, sociais, legais e pedagógicos) onde a educação pode acontecer de maneira própria e atender aos próprios objetivos. Através da experiência empírica da docência em música na educação básica e, em adição a isso, o exercício da pesquisa de campo sobre este cenário é possível vivenciar o que discorrem diversos pesquisadores no que tange às dificuldades, o esforço e a diligência necessários dos docentes para o retorno da música à escola.

Das barreiras presentes na escola regular para uma prática musical satisfatória, ou até mesmo suficiente, pode-se destacar brevemente quatro pontos principais sendo eles: (a) a legislação imprecisa e seus desdobramentos para a qualidade do ensino de música na escola, (b) os espaços físicos inadequados e insumos escassos que comumente são a realidade de muitas unidades escolares e (c) a dificuldade da inserção da música nos currículos oficiais e, por consequência, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade com outras linguagens da escola.

Fica claro que a música trilha um caminho ainda lento em seu retorno à escola e à educação básica, de um modo geral, embora não seja este um processo recente em termos legais. Segundo Penna (2004, p. 20): "A legislação educacional estabelece, há mais de 30 anos, um espaço para a arte, em suas diversas linguagens, nas escolas regulares de educação básica. No entanto, essa presença da arte no currículo escolar tem sido marcada pela indefinição, ambiguidade e multiplicidade".

Para além desta problemática, há a inadequação dos espaços físicos nas escolas de ensino regular, pois, via de regra, as aulas de música acontecem na "sala de aula comum" (Romanelli, 2013), não projetada para proporcionar percepção oportuna. Segundo o autor:

O ambiente ideal é aquele que classificamos genericamente como silencioso. Mesmo que silêncio absoluto não possa ser experimentado, o silêncio relativo é a condição necessária para ouvir e fazer música. Na maioria das salas de aula tradicionais, o isolamento acústico é precário, pois sua construção distribui as janelas orientadas para ambientes onde há muitos ruídos (Romanelli, 2013, p. 9).

Há ainda o impasse da educação musical como elemento integrador da grade curricular das redes de ensino com poucos documentos oficiais norteadores, o grande desafio que os educadores encontram em “preparar-se para desconstruir conceitos e paradigmas e reconstruí-los a partir de informações fortemente fundamentadas nos documentos oficiais da educação brasileira e nos estudos da área de educação musical” (Mendes; Carvalho, 2012, p. 121).

Em contraposição a este cenário, há outro, objeto deste estudo, que é a chamada educação não formal, cuja não obrigatoriedade permite também o não atendimento a normativas estabelecidas pelo Estado, ao menos do que concerne a premissas pedagógicas, onde verifica-se a possibilidade de atender à propósitos próprios, segundo Souza e Fernandes (2013):

A educação formal – hoje compreendida pela educação infantil, ensino fundamental, médio e universitário – se caracteriza por responder a regulamentações e legislações advindas do Ministério da Educação (MEC), o que determina ou restringe espaços, tempos, estruturas, ou seja, tem critérios específicos para acontecer e segue o que é estipulado pelo Estado. A educação não formal é: a) toda aquela que é mediada pela relação de ensino-aprendizagem, tem forma, assume e desenvolve metodologias com procedimentos e ações diferenciadas das adotadas nos sistemas formais e, b) estruturalmente, não tem uma legislação nacional que a regula e incide sobre ela. Ou seja, uma série de programas, propostas, projetos que realizam ações e interferências, os quais são perpassados pela relação educacional, mas que se organizam e se estruturam com inúmeras diferenças – um leque bastante amplo de possibilidades contempla a educação não formal (Souza & Fernandes in Souza, 2013, p.9).

Desta maneira, percebe-se que a educação musical em projetos socioassistenciais, por estar alheia à toda a movimentação educacional legal e normativa vigente que pulsa em direção à institucionalização da música na educação formal, um espaço propício para a flexibilidade e a criatividade dos empreendimentos pedagógico-musicais, segundo Kater (2004):

A direção do processo educativo musical em ações sociais parece sempre se desenvolver de maneira análoga à de como escrevemos um texto ou criamos uma música. Temos um projeto em mente, algumas hipóteses de construção, várias informações disponíveis, muitas idéias a realizar, inúmeras alternativas de desenvolvimento, inimagináveis possibilidades de agenciamento (Kater, 2004, p. 50).

Ao assimilar a metáfora do autor, compreende-se o valor do estudo proposto por este pré-projeto e quão fecundo em dados humanos é o campo de pesquisa das instituições socioassistenciais: compreender a intencionalidade dos idealizadores (de tais projetos), os meios e processos de subsistência das iniciativas, suas ferramentas pedagógicas e sociais e por fim compreender a educação musical em uma de suas muitas facetas como um acontecimento antropológico.

Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar ONGs do território nacional que oferecem ensino de música, inseridas em contextos sociais e geográficos distintos, a fim de compreender os processos pedagógico-musicais empreendidos, bem como o impacto causado no corpo social onde estão inseridas. Os objetivos específicos são recompor a história das instituições escolhidas como unidades de pesquisa; compreender os processos pedagógico-musicais empreendidos pelas instituições; realizar um estudo da estrutura da instituição, incluindo o espaço físico, a gestão de voluntariado, os meios de fomento de que se valeu ao longo do tempo, entre outras questões estruturais; realizar revisão bibliográfica sobre as leis que regem e regulamentam instituições socioassistenciais; e explorar, por meio de análise documental, entrevistas e observação, as metodologias de ensino empregadas pela instituição.

Pressupostos Teóricos e Procedimentos Metodológicos

O presente estudo será um estudo de caso, onde a unidade de pesquisa serão duas instituições sem fins lucrativos que oferecem ensino de música, tendo em suas grades de ensino obrigatoriamente: aulas de instrumento, aulas de prática em conjunto e

preferencialmente, aulas de musicalização infantil.

A ferramentas utilizadas para a coleta de dados serão: análise documental, observação, entrevistas e avaliação tanto de impactos sociais nos assistidos pelas instituições quanto da evolução musical dos mesmos, ambas avaliadas mediante instrumental avaliativo específico construído ao longo da pesquisa.

O primeiro estágio da pesquisa de campo (realizada posteriormente à revisão bibliográfica e legal), será a coleta de dados por meio das ferramentas já citadas, no que concerne ao aspecto sociológico da instituição, realizando análise dos documentos de registro (estatutos, ata de reunião de conselho, projetos, etc), entrevistas com gestores, funcionários, assistidos e comunidade, bem como observação de ocasiões pontuais que possam gerar dados para a compreensão da vida da unidade de pesquisa (reuniões de conselho ou equipe).

Em segundo momento, movimento análogo será realizado, porém com foco investigativo na perspectiva pedagógica das instituições: se há ou não coordenação por parte das instituições no que se refere à metodologias de ensino musical (as abordagens e metodologias utilizadas pelos professores, entre outros aspectos, etc). Após a coleta e análise destes dados, o capítulo final tratará de realizar as comparações entre ambas as unidades de estudo.

A revisão bibliográfica já realizada seguiu uma abordagem de caráter narrativo-exploratório, priorizando a identificação de produções que discutissem práticas avaliativas em música tanto no contexto da educação formal quanto da não formal. Foram consultadas bases da Revista da ABEM, utilizando as palavras-chave “avaliação musical”, “educação musical” e “ensino de música”. O recorte temporal considerou publicações entre 2000 e 2025, sendo selecionados os textos que apresentaram relação direta com a avaliação em processos pedagógicos de música.

As metodologias utilizadas, dividem-se em dois aspectos: o social e pedagógico e os autores utilizados para embasar as discussões e avaliações da pesquisa seguem demonstradas no quadro abaixo:

Tabela 1: Referencial Teórico da Pesquisa.

Referencial Teórico da Pesquisa
--

Fundamentos	Autores
Educação musical em projetos socioassistenciais.	Magali Kleber (2006); Carlos Kater (2014).
O aspecto sociológico da educação musical.	Margete Arroyo (1999); Maura Penna (2004).
Instrumental avaliativo musical.	Keith Swanwick (1979) e (2003); Levi Leonido (2007).
Instrumental avaliativo de impacto social.	Elisa Pereira Murad (2017).

Resultados Parciais

A presente pesquisa se encontra em fase de levantamento bibliográfico, investigação de instituições a serem contempladas como unidades de pesquisa e construção de instrumental avaliativo a fim de mensurar os resultados e ganhos musicais alcançados pelos assistidos das OSCs. No que se refere ao desenvolvimento de instrumental avaliativo está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica para compreender até que ponto foram desenvolvidos instrumentos de avaliação musical em processos pedagógicos e quais deles são aplicáveis às unidades de pesquisa participantes desta tese. Dentro da plataforma da Revista da Abem, realizando-se uma busca com a palavra “avaliação” como refinadora, foram encontrados trinta e três artigos, dos quais dez, após leitura preliminar, têm como cerne a avaliação de desenvolvimento pedagógico em música. Publicados na revista entre os anos de 2001 e 2025 os artigos seguem organizados na tabela abaixo:

Tabela 2: Artigos sobre Avaliação em Música publicados na Revista de Abem.

Título	Autores	Ano de Publicação	Propõe Modelo Avaliativo?	Ambiente Educacional
Avaliação da percepção musical na perspectiva das dimensões da experiência	Cristina de Souza Grossi	2001	SIM	Educação Formal; Ensino Superior.

musical.				
Por dentro da matriz.	Cecília Cavaliere França	2007	SIM	Educação Formal.
A educação musical no Brasil do século XXI: articulações do ensino de música com as políticas brasileiras de avaliação educacional.	LUIS RICARDO SILVA QUEIROZ	2013	NÃO	Educação Formal.
Avaliação da execução musical: relações entre as concepções e práticas adotadas por professores de piano.	Cynthia Geyer Arrussul dos Santos; Liane Hentschke; Ney Fialkow.	2014	NÃO	Educação Não Formal;
Modelagem matemática: ferramenta potencial para avaliação das inflexões rítmicas na realização musical de estudantes*.	Regina Antunes Teixeira dos Santos; Cristina Capparelli Gerling; Álvaro Luiz de Bortoli.	2014	SIM	Educação Formal, Ensino Superior
Dizer o “dizível”: avaliação sistêmica em música na escola regular.	Cecília Cavaliere França	2014	SIM	Educação Formal; Ensino Fundamental I.
Evaluación en educación musical. Tensiones antiguas, discusiones contemporáneas.	Leonardo Borne; Mario Rueda Beltrán.	2018	NÃO	—
Qual o conhecimento	Leonardo Borne	2021	NÃO	Educação Formal; Ensino Superior.

musical queremos? Uma análise das questões específicas de Música do Enade 2009.				
Validação semântica e de conteúdo da escala de autoavaliação de leitura à primeira vista (EALPV) para discentes em Licenciaturas em Música no Brasil.	Sérgio Inácio Torres; Graziela Bortz; Katya Oliveira.	2023	SIM	—
Problem-based Learning, Composing and Assessment in Music Education: action-research in a portuguese school.	Maria João Vasconcelos; Helena Caspurro; Nilza Costa.	2025	SIM	Educação Formal; Ensino Fundamental II.

Pode-se observar através dos dados coletados a maior parte dos artigos propõe algum tipo de instrumental avaliativo, seja através de exemplos ou algum tipo de sistematização mais complexa, o que também conclui que a maioria destes artigos tem como prerrogativa a necessidade de formalização e registro de processos avaliativos em música. A grande maioria dos artigos explicita ter como ambiente de estudo processos de educação formal, sobretudo no Ensino Fundamental e Ensino Superior.

A escassez de publicações recentes sobre avaliação musical (ou a sua tendência para a subárea de educação formal) evidencia uma lacuna na área. Essa ausência pode estar associada a fatores como a priorização de outras temáticas na pesquisa em educação musical, a complexidade de se propor instrumentos avaliativos universais em música ou ainda o desinteresse metodológico de pesquisadores pela área de avaliação, o que por sua vez pode ser o reflexo de pouco fomento de instituições e governos e pouca validação da área como objeto de conhecimento educacional. Essa constatação reforça a pertinência e relevância de pesquisas que busquem sistematizar processos avaliativos em música, especialmente em espaços de educação não formal.

Embora os dados resultantes dos levantamentos sejam parciais, dado o fato de que a pesquisa está em andamento, oferecem subsídio para confirmação da relevância do tema pela ausência de estudos que se concentrem em ambientes de educação não formal, assim, fazem parte de um arcabouço teórico para as etapas de pesquisa que virão.

Referências

ARROYO, Margarete. *Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de música*. 1999. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. *Revista da ABEM*, [S. l.], v. 12, n. 10, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/361>. Acesso em: 3 set. 2024.

KLEBER, Magali de Oliveira. *A prática de educação musical em ONGs: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro*. 2006. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LEONIDO, Levi. Literacia musical a partir de uma prática interdisciplinar das artes. *Sinfonia Virtual*, 2007. Disponível em: http://www.sinfoniavirtual.com/revista/002/literacia_musical.php. Acesso em: [inserir data de acesso].

MENDES, Jean Joubert Freitas; CARVALHO, Valéria Lázaro de. Ações para a implementação do ensino de música na escola: uma experiência no município de Natal/RN. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 28, p. 118-130, 2012.

MURAD, Elisa Pereira. *Desenvolvimento de métricas para avaliação dos impactos relacionados às ações da Organização não Governamental - Amigos de Itajubá*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I - analisando a legislação e termos normativos. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 10, p. 19-28, mar. 2004.

ROMANELLI, Guilherme. Educação musical no Brasil: conquistas e desafios. In: SCHMID, Aloísio Leoni (Org.). *Espaços para aprender e ensinar música: construção e adequação*. Brasília: Ministério da Cultura; Ministério da Educação; CAPES; Programa Pró-Cultura; Pacto Ambiental, 2013. p. 7-11.

SOUZA, E. C.; FERNANDES, R. S. Apresentação. In: SOUZA, E. C. (Org.). *De experiências e aprendizagens: educação não formal, música e cultura popular*. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 7-17.

SWANWICK, Keith. *A basis for music education*. London: Routledge, 1979.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente*. Tradução de Alda Oliveira; Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.